

Centrão e PMDB disputam data da votação do mandato

Dos enviados especiais
e da Sucursal de Brasília

Falta apenas votar três capítulos para que o Congresso constituinte entre na discussão das Disposições Transitórias, nas quais se define o mandato do presidente José Sarney, mas a data exata dessa votação depende de dois diferentes acordos que começarão a ser costurados hoje pela manhã: um se refere à maneira pela qual se fará a votação das Disposições Transitórias (nas quais figura o mandato do presidente) e outro que diz respeito a possibilidade de que a liderança do PMDB concorde em votar o texto do Centrão para as Disposições Transitórias, texto que não faz referência à duração do mandato.

O relator do Congresso constituinte, Bernardo Cabral, vai conversar hoje com Ulysses Guimarães para decidir se a votação das transitórias se fará inicialmente em bloco, como ocorre nos títulos anteriores, ou item por item. Essa decisão é fundamental e interfere no acordo em função do seguinte esquema de votação:

1) Se for votado o título globalmente, o primeiro texto a ser votado é o do Centrão. Mas o próprio líder do PFL, deputado José Lourenço, admitia ontem que talvez não haja os 280 votos necessários para a aprovação do texto. De fato, as disposições transitórias tratam de

Presidente intensifica os contatos

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney decidiu intensificar o contato com os constituintes às vésperas da votação do seu mandato. Nos últimos dois dias antecipou as audiências que normalmente concede às quintas-feiras e recebeu um total de 11 constituintes. Embora a maioria dos parlamentares tenham saído do encontro afirmando que o presidente está tranquilo quanto a vitória dos cinco anos, ontem Sarney deixou escapar a sua preocupação com a falta de quórum registrada desde o início da semana.

Sarney indagou ao deputado Daso

Coimbra (PMDB-RJ) sobre a data de início da votação das Disposições Transitórias. O deputado disse que tudo dependeria do andamento dos trabalhos do Congresso constituinte na tarde de ontem. Apesar da velocidade imprimida às votações em razão dos acordos, a baixa frequência de parlamentares poderia arrastar para a próxima semana a definição do mandato.

O presidente José Sarney adiou as viagens que faria na sexta-feira para Petrolina (PE) e no sábado para Patos de Minas (MG), em virtude da indefinição da data de votação do seu mandato pelo Congresso constituinte.

tributos, Zona Franca de Manaus, mandato etc. Se não for aprovado o texto do Centrão, vota-se o da Comissão de Sistematização (este sim, fixa em quatro anos o mandato de Sarney). Mas é certo que também não haverá 280 votos para aprová-lo, criando o chamado "buraco negro".

2) Nesse caso, o relator Bernardo Cabral teria 48 horas para apresentar um texto de conciliação.

3) É essa hipótese que assusta os vice-líderes de Covas. "Seria uma irresponsabilidade permitir que se caia no buraco negro", preocupava-

se ontem o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos mais ativos vice-líderes peemedebistas.

O temor é o de que o grupo do relator Bernardo Cabral introduza emendas disparatadas, tal como ocorreu nos trabalhos da Comissão de Sistematização.

4) Por isso mesmo, Jobim e outros vice-líderes peemedebistas vão se reunir hoje com o senador Márcio Covas, o líder do PMDB, para tentar convencê-lo a votar a favor do texto do Centrão, deixando para travar a

batalha do mandato quando entrar em votação a emenda Matheus Iensen (PMDB-PR), que dá cinco anos a Sarney.

Dupla irritação

Até ontem, Covas estava disposto a tentar adiar ao máximo a votação do mandato, na expectativa de que os quatro anos pudessem se recuperar da "ligeira inferioridade" em que estão hoje, na avaliação do "covista" Geraldo Alckmin.

O Palácio do Planalto detectou essa disposição de Covas na manhã de ontem: às 11h, os líderes Marcondes Gadelha e Saldanha Derzi, disseram ao presidente que Covas manobriria para evitar qualquer ação de Ulysses para apressar a votação.

Acertaram em cheio: às 19h15, Ulysses convocou sessão para a manhã de hoje, Covas contra-atacou e Ulysses voltou atrás, apesar do apoio de Inocêncio de Oliveira (PFL) à convocação matutina. Pior: Ulysses também convocou sessão do Congresso Nacional para amanhã, 5ª feira, destinada a votar os decretos que tratam do congelamento da URP para o funcionalismo. Com essa sessão do Congresso fica difícil votar-se o mandato do presidente esta semana, o que contraria os desejos do Planalto. Por isso, a irritação dos líderes governistas, inicialmente voltada contra Covas, dirigiu-se também contra Ulysses Guimarães.

25 MAI 1988